

A APROPRIAÇÃO DO CERRADO PELO AGRONEGÓCIO E OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO¹

THE APPROPRIATION OF THE CERRADO BY AGRIBUSINESS AND THE NEW USES OF THE TERRITORY

Patrícia Francisca Matos

Prof. Dra. do Curso de Geografia do Campus do Pontal/UFU
patriciamatos@pontal.ufu.br

Vera Lúcia Salazar Pessôa

Profa. Dra. do Curso de Pós-Graduação em Geografia da UFG-Campus de Catalão
verinha.salazar@hotmail.com

Resumo

O espaço agrário das áreas de Cerrado, nos últimos quarenta anos, tem passado por inúmeras metamorfoses, com significativos efeitos sobre suas funções e conteúdos. Essas mudanças estão atreladas à modernização da agricultura, via agronegócio, a qual se constituiu num processo desigual de expansão do capital. Por isso, este estudo visa analisar a territorialização do agronegócio no Cerrado, procurando destacar o papel do Estado e do capital privado na consolidação desse processo e, conseqüentemente, os novos usos do território.

Palavras- chave: Modernização da agricultura. Território. Agronegócio. Cerrado.

Abstract

The space of the agricultural areas of Cerrado in the last forty years, has gone through many transformations, with significant effects on their functions and content. These changes are linked to the modernization of agriculture, agribusiness, which was formed via an uneven process of capital expansion. Therefore, this study aims to analyze the territorialization of agribusiness in the Cerrado, seeking to highlight the role of the state and private capital in the consolidation of this process and therefore the new uses of the territory.

Keywords: Modernization of agriculture. Territory. Agribusiness. Cerrado.

Introdução

A história econômica das áreas de Cerrado, especificamente do estado de Goiás, após a década de 1970, é caracterizada pelos reforços do Estado e de agentes privados para modernizar o território, com produção orientada pela presença intensa da técnica, da ciência e da informação. Nas atividades agropecuárias, o objetivo era consolidar a modernização da agricultura, ou seja, a incursão das inovações técnico-científicas no processo produtivo, seguindo a tendência dos estados da região Sul e Sudeste do país.

Dessa forma, para se compreender a modernização da agricultura nas áreas de Cerrado, é necessário considerá-la no contexto nacional da expansão do capital para a fronteira agrícola, cujas áreas de Cerrado eram prioritárias. Prioritárias em função de uma série de fatores importantes para a produção do capital, como planura do relevo, clima, terras baratas e fartas de recursos hídricos. Esses fatores, em conjunto, contribuíram para efetivar a agricultura moderna, norteada pelas inovações tecnológicas e articulada aos mercados nacional e internacional. A produção ancorada no tripé ciência, tecnologia e informação é considerada como um dos fatores que trouxeram desenvolvimento econômico para Goiás, devido à alta produção de culturas como a soja, especialmente em algumas porções do estado.

Com a propagação do meio técnico-científico-informacional no espaço agrário do Cerrado, a ciência e a tecnologia impõem-se como essência da modernidade. Na verdade, a modernização da agricultura, com a expansão do agronegócio, foi um projeto de modernidade do Estado para as áreas de Cerrado. Uma modernidade vista por meio dos fixos e fluxos da agricultura moderna, do quantitativo da produção e dos novos sujeitos do processo produtivo, notadamente os sulistas.

Assim, o propósito desse artigo é estabelecer reflexões acerca do processo de territorialização do agronegócio nas áreas de Cerrado e os novos usos do território. O processo de territorialização do capital no espaço agrário, altera não apenas o processo produtivo em decorrência da inserção de inovações tecnológicas, mas também as formas de apropriação, construção e usos do território. Os usos são estabelecidos e planejados para se dar, cada vez mais, a ampliação dos lucros e, portanto, a reprodução e a expansão do capital. Haesbaert (2005) mostra que todo conceito, como toda teoria, só tem validade quando se refere especificamente a uma determinada problemática, a uma questão. Assim, o território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço.

A modernização da agricultura: seu significado nas transformações do espaço agrário brasileiro

A modernização da agricultura arquitetada pelo Estado, com intuito de dinamizar a produção agrícola do país, mesmo existindo diversas posições contra essa modernização, iniciou-se no Sul do Brasil nos anos 1950 e, velozmente, atingiu outras

regiões. Em pouco mais de dez anos de investimentos do governo para modernizar o campo brasileiro, os resultados começaram a aparecer, sobretudo a produção de *commodities*, como no caso da soja.

Os avanços tecnológicos ocorridos nas atividades rurais após a década de 1960, conforme Graziano da Silva (1999), são caracterizados pela incorporação do progresso técnico, cujo papel fundamental é o de fabricar instrumentos apropriados para aumentar a produtividade da terra e do trabalho e também submeter o processo produtivo ao capital. Assim, as inovações tecnológicas permitem fortalecer a dominação do capital sobre o trabalho, com aumento das formas de apropriação da mais valia absoluta e relativa.

O processo de modernização no espaço agrícola, que possibilitou “artificializar” a terra, corresponde a um aumento no uso de capital fixo, pois há necessidade de grandes investimentos em extensões de terras, em maquinários, e de capital circulante para investir nas exigências científicas e técnicas. Para Aguiar (1986), os traços principais que caracterizam a modernização são justamente o aprofundamento das relações mercantis e a ampliação do uso das inovações técnicas. Com a modernização tecnológica da agricultura, consolidam-se as empresas rurais capitalistas. Com isso, a visão de latifúndio passa a ser coisa arcaica, do passado, enquanto a empresa rural moderna é sinônimo de desenvolvimento do campo e também de modernidade. Da mesma forma, *surge* o “novo” personagem: o empresário rural. “Surgir”, porque não houve a transformação do camponês no empresário, mas, a sua substituição; em muitos casos, pelo homem citadino (MENDONÇA, 2004). Nesse contexto, é preciso considerar que a modernização da agricultura constitui “[...] a expressão da modernização capitalista em seu movimento constante de auto-expansão, alterando o processo produtivo, acarretando diferenciações espaciais nos territórios, territorializando a contradição capital x trabalho.” (MENDONÇA, 2004, p. 227).

A consolidação da agricultura moderna causou graves danos sociais e ambientais, evidentes, como a concentração de terra e renda, a precarização do trabalho, deslocamento da força produtiva do campo para as cidades e, também, destruição e contaminação do meio ambiente. Ou seja, a modernização foi uma falsa imagem de progresso, um mito, produto do discurso de desenvolvimento rural. O quadro 1 sintetiza as principais consequências da modernização da agricultura no Brasil.

Quadro 1 – Consequências da modernização agrícola brasileira

1- Centralização da produção	As empresas rurais passam a especializar sua produção em culturas de demanda internacional ou para as indústrias de processamento do mercado interno. A centralização também ocorre no nível dos produtores, visto que a produção é “controlada” por um número muito reduzido.
2- Concentração de terras	Embora a modernização da agricultura não seja o fator principal do processo de concentração de terras no Brasil, contribuiu para aumentá-lo e, conseqüentemente, para aumentar também as desigualdades sócio-econômicas no campo.
3-Produção voltada para a exportação em detrimento da produção de alimentos para o mercado interno.	Historicamente, no Brasil, é motivada a produção de monoculturas voltadas para o mercado externo. Após 1950, propagaram-se com mais acuidade os incentivos do Estado para o cultivo de lavouras voltadas para a exportação, em detrimento da produção para o mercado interno. Desde então, algumas culturas se consolidaram no ranque da produção agrícola do país, entre elas a soja, o algodão, a cana-de-açúcar, o café e a laranja.
4- Dependência da agricultura em relação à indústria	A inserção das inovações técnicas nas atividades agropecuárias conseguiu implantar uma nova organização social e técnica do trabalho, de modo a aumentar a produtividade, ampliar a produção e também encurtar o ciclo produtivo. As inovações tecnológicas fazem com que, cada vez mais, a produção se torne menos dependente da natureza, pois as técnicas passam a subordinar a natureza ao gosto do capital, (re)produzindo artificialmente várias condições necessárias à produção agrícola. As inovações físico-químicas, mecânicas, agrônômicas, biológicas e da informática concorrem cada vez mais para a superação das barreiras impostas pelas condições naturais.
5- Novas relações campo-cidade	A modernização da agricultura não modificou apenas o espaço rural, mas também o espaço urbano. Ela tem acabado gradativamente com a separação entre a cidade e o campo, o rural e o urbano, unificando-os em uma unidade dialética, no processo produtivo, no processo de luta por melhores salários e preços para os produtos agrícolas e, principalmente, na luta pela Reforma Agrária.

Continua

6-Perda relativa da importância da produção local/regional	Nas áreas atingidas pela agricultura moderna, há uma reestruturação produtiva a partir de novos métodos de produção e novas culturas. Com isso, culturas da tradição local perdem importância no cenário da produção, uma vez que há substituição das culturas.
7-Implantação de complexos agroindustriais	A consolidação efetiva do processo de modernização do campo brasileiro ocorreu com a implantação dos complexos agroindustriais a montante e a jusante. O elo da agricultura com a indústria foi reforçado e os dois setores se tornam cada vez mais dependentes.
8- Precarização das relações de trabalho	Com as inovações tecnológicas alavancadas pela ciência e incorporadas ao processo produtivo agrícola, as relações de trabalho vêm sofrendo profundas modificações, com a diminuição da quantidade de trabalhadores, a especialização da mão-de-obra, a precarização das condições de trabalho, o que implica uma nova subordinação do trabalho ao capital.
9- Impactos ambientais	O modelo de implantação da agricultura moderna no Brasil não economizou os recursos naturais. O uso “descontrolado” dos recursos naturais por essa atividade tem comprometido a biodiversidade dos biomas brasileiros. Os impactos negativos mais notáveis são: desmatamento, compactação e erosão dos solos, eutrofização dos rios, poluição das águas e extinção da flora e da fauna.

Fonte: Adaptado de REBORATTI, C., 2007.
Org.: MATOS, P. F., 2011.

No caso do Cerrado, para consolidar a agricultura moderna, o Estado teve participação ativa por meio de incentivos fiscais, crédito agrícola, subsídios à exportação e investimentos em infraestrutura, como eletrificação rural, implantação de sistemas de beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas, bem como construção de rodovias pavimentadas e não pavimentadas. Todos esses fatores possibilitaram a captura das áreas de Cerrado *na* e *para* a dinâmica da expansão capitalista de produção. Na verdade, as políticas agrícolas, conforme afirma Mendonça (2004), abrem caminho para o capital nas áreas de Cerrado.

O Estado, por intermédio de políticas planejadas para o espaço agrário brasileiro, centraliza e determina o direcionamento da expansão do capital. O direcionamento para as áreas do Cerrado ocorreu após a década de 1970, a partir das políticas do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), com estratégias para ocupar economicamente e

integrar essa região às demais regiões do Brasil. No entanto, as políticas públicas para a ocupação econômica e populacional dessas áreas tiveram os primeiros comandos nos anos 1930, com a Marcha para o Oeste, seguida pelos projetos de colonização e também pela construção de Brasília. Todos esses fatores, em especial a transferência da capital federal para o Planalto Central, metamorfosearam a configuração econômica e social da região Centro-Oeste do país. Essas metamorfoses foram ampliadas com a modernização da agricultura.

As políticas de desenvolvimento do PND, juntamente com as características topográficas, climáticas e hídricas do Cerrado, propiciaram a ocupação dessas terras pelo capital, para a produção de monocultura de grãos. Outro fator de grande envergadura foi a posição geográfica da região, que lhe confere condições de fácil intercâmbio com todas as outras regiões do país; e o Estado já havia iniciado a construção de rodovias, ligando-a aos principais centros do país. Os investimentos na logística constituíram medida indispensável para o adequado movimento da produção. Para propagar a agricultura moderna no Cerrado, alguns programas foram criados. Os de maior destaque, no âmbito da inserção de capital e tecnologia, foram o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e o PRODECER (Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados). O primeiro foi criado em 1975 pelo Governo Federal. Visava à incorporação das áreas de Cerrado ao processo produtivo nacional e internacional por meio de subsídios. Para efetivar o programa, foram selecionadas áreas nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Todas as áreas escolhidas já possuíam alguma infraestrutura, estradas vicinais e eletrificação, proximidade com minas de calcário e potencial agrícola favorável, pré-requisitos básicos para suas escolhas. Com base nesses pré-requisitos, as áreas eram classificadas como “prioritárias” ou “secundárias.” As áreas beneficiadas recebiam investimentos em fixos e fluxos.

Os recursos alocados pelo programa possibilitaram a expansão da agricultura empresarial no Cerrado. Estima-se que, em um período de cinco anos (1975-1980), o programa tenha sido responsável pela incorporação de, aproximadamente, 2,4 milhões de hectares à agricultura. Na região Centro-Oeste, o maior destaque do programa foi verificado em Goiás, com 42,3%, seguido por Mato Grosso do Sul, com 30,5%, e Mato Grosso, com 21,3% (SILVA, 1985).

O POLOCENTRO foi um dos condutores do processo de modernização da agricultura no Cerrado, responsável por significativo movimento do capital. Aprovou 3.373 projetos de desenvolvimento agrário em sua área de atuação, num total de cerca de US\$ 577 milhões até o ano de 1982, período no qual o programa esteve em vigor. Dos beneficiários, 81% operavam em propriedades com mais de 200 hectares, absorvendo 88% do volume total de crédito do programa. As propriedades acima de 1.000 hectares representaram 39% do número total de projetos e absorveram 60% dos recursos totais do programa (ALHO; MARTINS, 1995). Esses dados demonstram que foram beneficiados, principalmente, os proprietários de médios e grandes estabelecimentos, ou seja, refletem o caráter seletivo do programa.

As condições vantajosas de crédito do POLOCENTRO estimularam produtores de outras regiões, principalmente do Sul e Sudeste do Brasil, a migrarem para o Cerrado. Esses produtores eram atraídos pelos benefícios que o programa oferecia e pela vantagem de o preço das terras no Cerrado ser relativamente baixo em relação aos preços do Centro-Sul do país. Outro programa que se destacou na “exploração” das terras do Cerrado foi o PRODECER, criado em 1979 mediante acordo entre os governos brasileiro e japonês. Visava a promover o desenvolvimento agrícola dos Cerrados. O PRODECER, também conhecido como Projeto JICA (*Japan International Cooperation Agency*), funciona sob sistemas cooperativistas e é coordenado pela Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), da qual 51% das ações são controladas por capitalistas nacionais e 49% por japoneses.

Os projetos do PRODECER vêm se desenvolvendo em etapas. A primeira etapa, denominada PRODECER I, foi iniciada em 1980 em Minas Gerais, como projeto piloto, em uma área de cerca de 58.754 hectares, por intermédio de programas de crédito baseados em cooperativas. Tendo como referências os resultados alcançados na primeira etapa, foi iniciada, a partir de 1987, a segunda etapa, isto é, o PRODECER II. Nesta etapa, o programa avançou para a Bahia, instalando dois projetos, e para a região Centro-Oeste, implantando projetos em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, superando os 200.000 hectares de terra. A terceira etapa, iniciada em 1994, teve como objetivo ampliar a fronteira agrícola para as regiões Norte e Nordeste, contemplando os estados do Tocantins e do Maranhão.

No montante, as três etapas do PRODECER ocuparam uma área aproximada de 350.000 hectares² de Cerrado nos estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Tocantins, na qual promoveu o desenvolvimento de atividades agropecuárias, sob os parâmetros da agricultura moderna. Por meio dos dados da tabela 1, pode-se verificar a área (ha) e o número de programas em cada estado, bem como o valor investido pelo PRODECER.

Tabela 1– Projetos do PRODECER por estados

<i>Estado</i>	<i>Projetos</i>	<i>Área total (ha)</i>	<i>Investimento (US\$ milhões)</i>	<i>Observações</i>
Minas Gerais	11 *	151.250	239	P-I;P-II / P; P-II / E.
Mato Grosso do Sul	1	22.000	26	P-II / E
Mato Grosso	2	35.320	50	P- II / P
Goiás	3	30.000	50	P-II / E
Bahia	2	31.430	67	P- II / P
Tocantins	1	40.000	69	P- III / P
Maranhão	1	40.000	69	P-III / P
Total	21	350.000	570	

Fonte: CAMPO / PRODECER, 2001.

Obs: P- I = Prodecer- I; P-II / P = Prodecer II Piloto; P-II / E = Prodecer II – Expansão; P – III / P Prodecer III- Piloto. * mais três empresas

Tanto o PRODECER, quanto o POLOCENTRO, objetivam a incorporação das terras do Cerrado sob moldes empresariais de produção, com o uso de capital e tecnologia, bem como o direcionamento da produção para as culturas destinadas à exportação e às agroindústrias. E esses empreendimentos alcançaram seus objetivos: alavancar a expansão de *commodities* na região Centro-Oeste, na Bahia e em Minas Gerais, e também divulgar as potencialidades agropecuárias do Cerrado.

Os mecanismos utilizados pelo governo para a expansão da agricultura moderna no Cerrado possibilitaram a territorialização de grandes empresas agropecuárias. Estas, por sua vez, causaram grandes metamorfoses sócio-espaciais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, à medida que foram implantados novos sistemas de uso e manejo da terra, baseados na ciência, na tecnologia e na informação, e também novas culturas, como a soja.

Todavia, é importante considerar que, nas áreas de Cerrado, assim como em outros lugares do território brasileiro, ao contrário das duas décadas anteriores, a década

de 1980 é marcada pela diminuição dos investimentos governamentais para a expansão da agricultura empresarial. De um modo geral, esse período foi marcado pela instabilidade macroeconômica, sendo, por isso, nomeada de “década perdida” por Brum (2000). Ainda conforme este autor, o esgotamento de projetos desenvolvimentistas implantados desde 1930 e a falta de um novo projeto nacional são os principais fatores da crise econômica ocorrida no país na década de 1980. Mesmo sendo considerada uma *década perdida* economicamente, algumas outras conquistas importantes foram registradas nesse período, como a transição do regime autoritário para o regime democrático, a diminuição das taxas de mortalidade infantil, a redução nas correntes migratórias rumo ao Sudeste do Brasil (BRUM, 2000).

No setor agropecuário, o aparato do Estado foi diminuído, principalmente no que concerne ao crédito rural. Entretanto, isso não significou diminuição da produção de grãos. Pelo contrário, houve expressivo crescimento. Já a área plantada, sofreu perdas consideráveis, sendo, portanto, o aumento da produtividade um dos fatores responsáveis pelo crescimento sucessivo da produção de grãos.

A reestruturação das políticas públicas para o setor agropecuário nos anos de 1980, na visão de Mazzali (2000), deve-se à crise econômica e fiscal do Estado brasileiro, sofrida nesse período, e à inserção de políticas de cunho neoliberal.

A retomada da “visão neoliberal”, associada à crise fiscal do Estado brasileiro, colocou em xeque o padrão de desenvolvimento agroindustrial. Ao se desvencilhar do papel de financiador e de patrocinador da modernização, o Estado enfraqueceu as bases que sustentavam as articulações entre os agentes, deixando “em aberto” o campo de opções estratégicas para sua atuação, gerando, assim, o ambiente para a reestruturação das articulações. (MAZZALI, 2000, p. 18).

Já nos anos de 1990, ocorreu uma nova reestruturação nos instrumentos da política agrícola brasileira, centralizada no crédito rural e nos programas de suporte à comercialização, com a melhoria de infraestrutura de transporte e armazenagem; no desenvolvimento rural e na pesquisa agropecuária. Sobre a reformulação das políticas agrícolas, Coelho (2001) faz importantes ressalvas:

O crédito rural oficial foi reformulado para estimular uma participação maior do setor privado, as dívidas anteriores foram securitizadas, a estrutura governamental de apoio à comercialização passou por profundas mudanças, com a criação de instrumentos mais modernos e

menos intervencionistas, e, na pesquisa agropecuária, foram adotadas várias medidas para torná-la mais afinada com o mercado e, portanto, mais objetiva em termos de áreas a serem pesquisadas e de produtos a serem desenvolvidos. (p. 51).

Com o racionamento do crédito rural, reforçou-se o papel do setor privado no financiamento da agricultura brasileira, principalmente das *tradings* mundiais. Nesse sistema de financiamento, o objetivo é de atendimento à agricultura moderna, isto é, para culturas que apresentam algum tipo de integração com um encadeamento agroindustrial (BELIK; PAULILO, 2001).

O poder das *tradings* acontece tanto no financiamento, devido à capacidade econômica dessas empresas, quanto na compra da produção agrícola. A venda antecipada da produção, geralmente, é a garantia do financiamento. Esse tipo de venda, também denominada de “venda da soja verde”, é uma forma de as empresas subordinarem a elas os produtores, pois as empresas financiam a produção, mas, em troca, ou seja, em pagamento, o produtor, após a colheita, entrega os grãos para as empresas. Apesar dos juros serem mais onerosos que os juros cobrados pelo Banco do Brasil, o financiamento das empresas, principalmente das multinacionais, tem aumentado, devido ao fato de o crédito ser menos burocrático e mais rápido. Multinacionais como Cargill, Bunge e ADM são as maiores empresas exportadoras de produtos agrícolas do Brasil. Possuem unidades em diversos países. Atuam na industrialização de alimentos e na produção de fertilizantes, tendo, por conseguinte, facilidades para difundir seus produtos no mercado mundial. Além disso, estabelecem locais de produção mais vantajosos, por meio da instalação de unidades e/ou de seus escritórios, para facilitar o controle do fluxo das mercadorias, do capital e da informação.

Com a participação na financeirização da agricultura pelas grandes corporações do agronegócio, instala-se novo modelo de dominação do capital privado sobre os produtores, a economia e o território. Além de financiamentos, essas corporações controlam a produção e monopolizam as exportações, reestruturando as relações de produção para atender a lógica de um mercado cada vez mais globalizado, no qual a ciência se constitui numa força de trabalho que visa a angariar maior produtividade e lucratividade na produção agropecuária.

Nesse contexto, é importante considerar que, mesmo ocorrendo diminuição do crédito rural no processo de expansão da agricultura moderna, o Estado, nos últimos 20 anos, não desamparou essa atividade. Com novos formatos, o Estado fomenta essa atividade, por meio de financiamentos para investimentos e custeio, a juros baixos, aumento de carências, renegociação de dívidas e aumento de prazos. Além disso, para atender às demandas do processo produtivo do agronegócio, o Estado investe em infraestrutura (rodovias, ferrovias e hidrovias), pois os sistemas de logística, no Brasil, ainda apresentam deficiência, afetando, desse modo, a competitividade do agronegócio. Os empresários rurais, juntamente com as corporações do agronegócio, estão sempre fazendo reivindicações ao governo em: investimentos em infraestrutura, um sistema de informação para ampliar o comércio exterior, desburocratização, facilidades aduaneiras, pesquisas científicas e tecnológicas (muitas delas desenvolvidas em universidades federais); e educação, com a ampliação em cursos técnicos e superiores, que atendam às necessidades do agronegócio (FABRINI, 2010).

A territorialização do agronegócio nas áreas de Cerrado: o discurso do desenvolvimento e da modernização

A partir da década de 1970, somaram-se esforços do Estado e do capital privado para a expansão da fronteira agrícola para as áreas de Cerrado, com o objetivo de consolidar a agricultura moderna nessas áreas. Os projetos estatais implantados tinham como justificativa principal a retirada das áreas de Cerrado do atraso econômico e sua integração ao restante do país. As operações do governo tornaram essas áreas modernizadas, urbanizadas e integradas à economia nacional e internacional. Com isso, o Cerrado tornou-se

território de grãos, de bois, de agroindústria, e da indústria, o cerrado numa perspectiva economicista, apresenta uma organização do espaço compatível com as contradições que o usou: agora o seu campo é vazio, mas é produtivo; a sua urbanização é acelerada, mas é desigual. Antes de sua modernização, era um território da diferença calcada na sua rica biodiversidade, nas formas variadas de seu relevo, nos diferentes usos do solo, agora suas paisagens são uníssonas, padronizadas, mas ele é um território da desigualdade social. (CHAVEIRO, 2008, p. 88).

Assim, o Cerrado, nas últimas quatro décadas, tem sido visto e divulgado pela mídia como uma das regiões mais promissoras do país, no que tange à produção de monoculturas de soja, algodão, milho, cana-de-açúcar, enfim, culturas com produção em alta escala. Até os anos de 1970, o Cerrado tinha pouca importância no cenário econômico do país. Com a inserção da modernização da agricultura, o Cerrado passa a constituir o “celeiro do Brasil”.

A produção é um indicador importante para mensurar a territorialidade de *comodities* nas áreas de Cerrado, que expressa também o movimento do capital. A produção agrícola do Centro-Oeste é caracterizada, nos anos analisados, pelo crescimento das culturas voltadas para o mercado externo e para as agroindústrias brasileiras, como a soja e o milho, e pela inexpressiva produção de arroz e de feijão, se comparada à de soja, por exemplo (Tabela 2).

Tabela 2-Centro-Oeste: produção dos principais cultivos, 1970-2010 (anos selecionados)

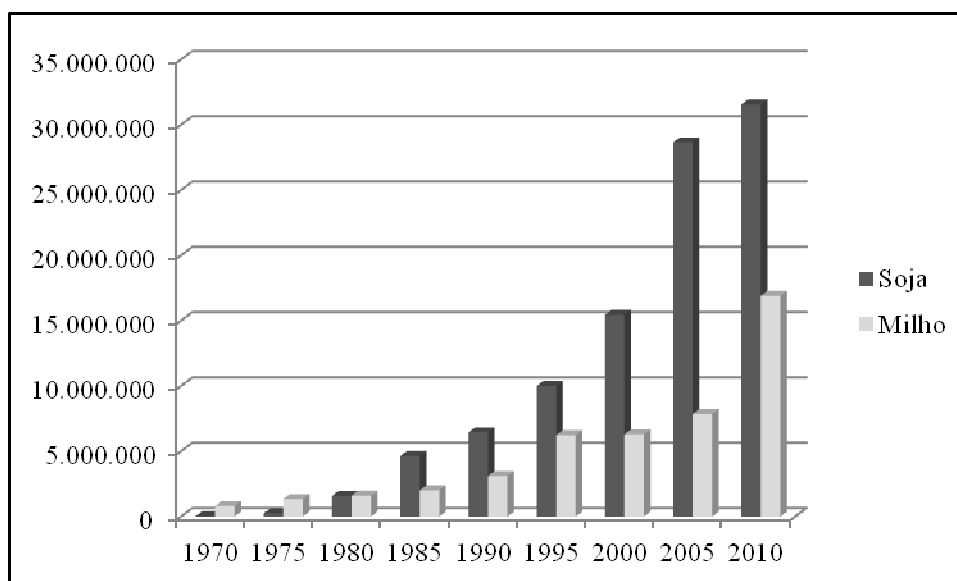
Ano	QUANTIDADE PRODUZIDA EM (T)				
	Algodão	Milho	Soja	Arroz	Feijão
1970	114.959	807.405	24.778	1.331.971	130.037
1975	81.581	1.344.696	250.411	2.086.270	111.475
1980	106.383	1.603.536	1.590.967	2.725.295	124.275
1985	200.460	2.010.986	4.646.369	1.624.990	149.207
1995/6	269.438	5.616.168	8.246.396	952.758	115.591
2000	1.387.968	6.297.443	15.446.445	2.374.964	267.136
2005	2.307.568	7.857.797	28.652.564	2.862.821	406.978
2010	1.784.448	16.900.451	31.558.236	1.051.268	503.573

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (CO) de 1970 a 1995/6 e Produção Agrícola Municipal de 2000, 2005 e 2010.

Org.: MATOS, P. F., 2011.

Conforme observa-se no gráfico 1, a soja, desde que foi introduzida no Centro-Oeste, teve evolução constante de produção, passando de 24,778 toneladas, em 1970, para 31.558.236 toneladas, em 2010. Somando-se ao milho, que também apresentou evolução contínua na produção, em 2010, aproximadamente 47 milhões de toneladas foram produzidas no Cerrado do Centro-Oeste.

Gráfico 1- Centro-Oeste: produção (t) de soja, milho, 1970-2010 (anos selecionados).



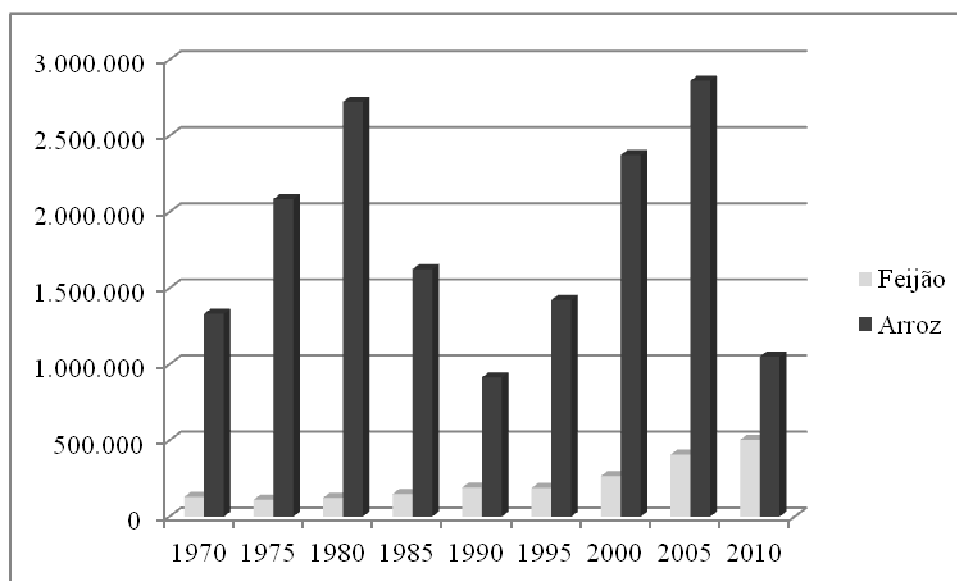
Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (CO), 1970 - 1995/6 e Produção Agrícola Municipal de 2000, 2005 e 2010.

Org.: MATOS, P. F., 2011.

Verifica-se, pelos dados apresentados no gráfico 2, que o feijão teve aumento da produção nos anos analisados, e teve decréscimo apenas em 1975. Porém, o dado preocupante é que a produção dessa cultura é irrisória, se comparada com a produção da soja, que tomou espaço nas atividades agrícolas do Centro-Oeste, desde a década de 1970, constituindo o principal cultivo. O caso do arroz é ainda mais emblemático, porque a produção sofre constantes oscilações nos anos analisados. De 1970 a 1985, a produção apresentou crescimento de mais de 100%, por ser usada para corrigir a acidez do solo para, posteriormente, introduzir-se a soja.

No período de 1980 a 1990, a produção de arroz sofreu quedas expressivas, recuperando o crescimento apenas a partir de 2000. No entanto, a produção de 2010 apresentou redução na produção de, praticamente, 60%. Essa queda ocorreu, principalmente, no estado do Mato Grosso que, em 2005, produziu 2.262.863 toneladas e, em 2010, reduziu sua produção para 687.137 toneladas.

Gráfico 2-Centro-Oeste: produção (t) de arroz e de feijão, 1970-2010 (anos selecionados).



Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (CO) 1970-1995/6 e Produção Agrícola Municipal de 2000, 2005 e 2010.

Org.: MATOS, P. F., 2011.

Considerado, a partir da década de 1970, como a fronteira agrícola para o capital, o Centro-Oeste consolidou-se como uma das principais regiões produtoras de grãos do país, principalmente de soja e de milho. Até o ano de 2000, a região Sul liderava a produção de soja, mas, a partir desse ano, o Centro-Oeste toma a frente e passa a ser a principal região produtora dessa oleaginosa, chegando em 2010 com 46% da produção, contra 38% da região Sul. A terceira maior região produtora de soja, até 2005, era o Sudeste, mas, a partir de 2005, o Nordeste passou a ser a terceira; e o Sudeste, a quarta. O aumento da produção de soja no Nordeste se deve à expansão da produção, sobretudo nos municípios³ de Barreiras e Luis Eduardo Magalhães, na Bahia; e Balsas, no estado do Maranhão.

Na produção de milho, outra cultura de destaque, o Centro-Oeste tem o segundo lugar, tendo participado, em 2010, com 31% da produção total do território brasileiro. Na região Centro-Oeste, o Mato Grosso tem-se firmado como o principal produtor de soja e de milho, seguido do estado de Goiás. No ano de 2010, somente o estado do Mato Grosso produziu cerca de 60% da soja e 45% do milho da região Centro-Oeste. Em nível nacional, o Mato Grosso, desde o ano de 2000, é o maior estado produtor de soja,

registrando, em 2010 cerca 30% do total produzido no Brasil. Além disso, conforme dados do IBGE, dos vinte maiores municípios produtores de soja do país, em 2010, treze são mato-grossenses: Sorriso, Nova Mutum, Sapezal, Campo Novo do Parecis, Diamantino, Lucas do Rio Verde, Nova Ubiratã, Itiquira, Querência, Campos de Júlio, Ipiranga do Norte, Brasnorte e Santa Rita do Trivelato. No município de Sorriso, primeiro no Brasil, foram produzidas 1.814.400 toneladas.

Os índices de produção apresentados permitem concluir que o Estado transformou muitos lugares da região Centro-Oeste em território de produção de grãos, por meio de subsídios essenciais à expansão do capital, beneficiando, principalmente, a consolidação de empresas rurais e de agroindústrias ligadas à cadeia de grãos e carnes, e mais recentemente, ao setor sucroalcooleiro. Essa atividade vem constituindo, nessa virada de século, um novo cenário da produção agrícola das áreas de Cerrado, sobretudo no estado de Goiás.

A modernização do território goiano foi esculpindo transformações em função de acréscimos técnicos, tornando muitos espaços de lentidão em espaços de rapidez.

Em princípio, os espaços de rapidez são, do ponto de vista material, os dotados de maior número de vias (e de vias com boa qualidade), de mais veículos privados (e de veículos mais modernos e velozes), de mais transportes públicos (com horários mais frequentes, convenientes e precisos e também mais baratos). Do ponto de vista social, os espaços da rapidez serão aqueles onde é maior a vida das relações, fruto da sua atividade econômica ou sociocultural, ou então zonas de passagem, respondendo à necessidade de uma circulação mais longínqua. Os espaços de rapidez e os de lentidão se distinguem também em função da importância da divisão do trabalho, sobretudo quando ela é interna à região, e também da variedade e da densidade dos consumos. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 263).

Assim, nas áreas de Cerrado, têm-se os espaços de lentidão e os espaços de rapidez, da mesma forma que se pode afirmar que há espaços opacos e luminosos, pobreza e riqueza, materializadas na paisagem, demonstrando as contradições do capital, que privilegia uns lugares em detrimento de outros. Mas, tanto para o Estado, quanto para o capital, é importante a presença e o movimento das contradições no espaço.

Para Bernardes (2007), há convivência de tempos lentos e rápidos que conformam espaços luminosos e opacos; e há convivência de escalas de tempo distintas,

porque a vida é presente, mas também é passado e futuro. Desse modo, em um estado, em uma região ou em um município, os espaços luminosos respondem pelos espaços opacos no que se refere à produção, à densidade técnica, pois, conforme Santos (2006), o tempo rápido não cobre a totalidade do território nem abarca toda a sociedade.

A seleção de lugares que vão receber os conteúdos técnicos conduz às mutações na configuração da divisão do trabalho e tem como consequência disparidades regionais, em função dos territórios priorizados, tanto por parte do Estado quanto por parte das empresas, para receberem investimentos em fixos e fluxos. Essa seletividade espacial na implantação de densidades técnicas pode ser evidenciada, sobretudo, por meio das redes de circulação. Os vetores da modernização, via esforços do Estado para expandir o crescimento econômico, conduzem os lugares e a produção à especialização.

Quanto mais evoluem os sistemas de engenharia, mais coisas se produzem em menos tempo. Também se transporta mais objetos em menos tempo, o consumo se faz mais imediatamente, tornando tudo isso mais e mais fácil, graças aos equipamentos criados pelo Estado para facilitar a circulação. (SANTOS, 2008, p. 90).

Os estados dos Cerrados continuam sendo alvo de investimentos em infraestrutura de transporte, visando, principalmente, à logística da produção agrícola. Recentemente, os investimentos em transporte passaram a constar também no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse programa relaciona ações de logística, regional e nacionalmente, por meio de construção e restauração de rodovias, hidrovias, ferrovias, portos e aeroportos. Várias obras que constam no programa beneficiarão o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste.

Desse modo, não foram somente as atividades agrícolas das áreas de Cerrado goiano que se modernizaram, mas, o uso do território. Este passou a ter conteúdos cada vez maiores em técnica, ciência e informação. A propagação espacial das modernizações no território brasileiro, em especial a expansão do meio técnico-científico-informacional, redefine a divisão territorial do trabalho e propõe novas especializações produtivas (SANTOS, 2006). O desencadeamento da especialização produtiva nos lugares, direta ou indiretamente, exerce um controle sobre o território, intermediando as relações sociais. No caso do Centro-Oeste, a consolidação da

agricultura moderna desencadeou a especialização agrícola de *commodities*, tornando essa região vulnerável a investimentos ligados, sobretudo, a esse setor.

Apesar de contar com outras atividades econômicas, as áreas de Cerrado são caracterizadas como uma região de dinamismo e vocação agropecuária. A vocação agropecuária faz parte das *rugosidades* históricas desses espaços, porém, a vocação para a produção de monoculturas em alta escala foi “estabelecida” pelo capital. No sistema capitalista, o capital impõe o que produzir, onde produzir e como produzir. No Cerrado, os espaços “convocados” a receber a territorialização do capital conseguem responder de forma bastante eficiente à dinâmica da reprodução do capital. “Essa é uma lei implacável, num mundo sequioso de produtividade e onde o lucro é uma resposta ao exercício da produtividade.” (SANTOS, 2006, p. 203).

Assim, nas áreas de Cerrado, a territorialização do capital trouxe a mecanização da produção e do território, por meio dos avanços do meio técnico-científico-informacional, transformou o processo produtivo e mudou completamente a paisagem, principalmente das áreas de chapadas. Uma paisagem repleta de elementos da ciência, da técnica e da informação, e da reprodução do capital, nas empresas rurais, nas monoculturas de grãos, nas agroindústrias. Porém, é salutar lembrar que nas áreas de Cerrado existem diferentes ritmos de modernização da agricultura, em função das distintas forças de poder que atuam sobre esses territórios, como também das forças de resistências de trabalhadores/camponeses, que podem interferir na organização produtiva desses territórios.

Considerações Finais

As áreas de Cerrado, desde a década de 1970, tornaram-se palco de transformações espaciais, sociais, econômicas, ambientais, urbanas e culturais, decorrentes da reestruturação produtiva, devido à modernização da agricultura, via expansão do agronegócio. Desde esse período, o agronegócio vem conquistando “fatias” do território do Cerrado, com a consolidação de empresas rurais, agroindústrias, principalmente ligadas ao setor grão-carne e *traddings*, entre outras empresas ligadas ao ramo do agronegócio, modificando os usos do território, criando novas paisagens e novas formas de produção, pautadas na inserção do meio técnico-científico-informacional.

A constituição do meio técnico-científico-informacional nas áreas de Cerrado promoveu a densificação de fixos e fluxos, gerando maior fluidez (quantitativa e qualitativa) na circulação de capital, pessoas, mercadorias e informação. Com isso, uma série de novas possibilidades materiais e sociais de uso do território foi estabelecida. As inúmeras agroindústrias instaladas nos estados do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul e de Goiás são exemplos dos novos usos do território. O movimento da produção agrícola moderna necessita de determinados usos do território, e impõe esses usos, que são diferentes dos impostos pela agricultura tradicional. São agroindústrias processadoras de alimentos, crescimento de cidades do agronegócio, inserção de multinacionais (ADM, Cargill, Bunge etc.), formação de novos corredores logísticos, entre outros fatores que, em conjunto, estabelecem as redes e as tipologias do uso do território.

No início do processo de consolidação da agricultura moderna no Cerrado foram fundamentais as ações governamentais de investir em pesquisas para obtenção de tecnologia, principalmente as inovações físico-químicas para fazer o melhoramento dos solos, para adequá-los às novas demandas do capital, que eram representadas pelas *commodities*. Nesse sentido, a EMBRAPA e empresas privadas tiveram uma atuação preponderante no processo de colocar as terras do Cerrado para produzir culturas alheias a seu histórico produtivo, como a soja e o trigo, e para aumentar e modificar a produção de culturas tradicionais, como o milho.

A reestruturação produtiva nas áreas de Cerrado faz parte de um processo que ocorreu em nível nacional, visando a produzir cultivos articulados com os mercados nacional e internacional. Esse processo iniciou-se com a produção de soja e, posteriormente, vieram outros cultivos, como algodão, café, trigo, milho. Esses cultivos, de forma veloz, foram ocupando o espaço das lavouras de arroz e de feijão. Este último tornou-se uma opção para as empresas rurais no processo de irrigação, não sofrendo, por causa disso, declínio da produção, como foi desastroso o declínio da produção de arroz. Porém, a área ocupada pelo feijão é muita pequena, se comparada à ocupada pela soja e pelo milho. Outra cultura que se incorporou à cadeia produtiva das áreas do Cerrado foi a da cana-de-açúcar. Apesar de ser uma cultura já presente no Cerrado, com a implantação do PROÁCOOL, no final de 1980, ela recrudescer e aumentaram-se exponencialmente os índices de produção. Porém, foi no início do século XXI que o

Cerrado tornou-se efetivamente território prioritário para a expansão dos canaviais, em função do projeto dos biocombustíveis, que colocou a cana como a principal opção na produção de álcool.

É evidente que a modernização do campo, com todas as atividades a ela ligadas, é responsável também pelo avanço econômico do estado. Todavia, o que têm mostrado muitas pesquisas é a insustentabilidade social e ambiental desse modelo. Embora os efeitos sócio-ambientais sejam mais evidentes nas áreas onde está materializada a agricultura moderna, toda a sociedade sofre, de forma direta ou indireta, esses efeitos.

Notas

¹ O artigo é parte da tese de doutorado defendida em 2011 no Programa de Pós-Graduação do IG/UFU, intitulada “As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano.”

² Foram atingidas áreas dos seguintes municípios: Paracatu, Iraí de Minas, Coromandel, Bonfinópolis de Minas, Formoso, Buritis, Guarda-Mor, em Minas Gerais; Ana Terra, Tapuá, Piúva e Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso; Paineiras, Ipameri, Campo Alegre, Cristalina, Buriti Alto, Niquelândia, S. João da Aliança e Alto Paraíso, em Goiás; Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, na Bahia; no Tocantins, Pedro Afonso, Campos e Lindos; e Balsas, no estado do Maranhão.

³ Conforme dados do IBGE, em 2010, o município de Formosa do Rio Preto produziu 889.958; Barreiras, 408.860; Luís Eduardo Magalhães, 400.554; Correntina, 309.060 mil toneladas de soja. No Maranhão, o crescimento significativo ocorreu em Balsas, que atingiu, em 2010, 376.524 toneladas.

Referências

ARRUDA, Z.A.de. **Onde está o agro deste negócio:** transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio. 2007. 253f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências- UNICAMP, Campinas, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:** informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724:** informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

AGUIAR, R.C. Estado e modernização desigual na agricultura. In: _____. **Abrindo o pacote tecnológico:** Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986. seg. parte. p. 56-110.

ALHO, C. J. R.; MARTINS, E. S. (Ed.) **De grão em grão o cerrado perde espaço:** cerrado-impactos do processo de ocupação. Brasília: WWF Brasil, 1995.

BELIK, W.; PAULINO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p. 95-121.

BERNARDES, J. S. Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica. **Revista Nera**, Presidente Prudente,, n. 10, p. 1-10, jan./jun., 2007.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

CHAVEIRO, E. O cerrado em disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. In: ALMEIDA, M.G et al. (Org.) **Geografia e cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira, 2008. p. 75- 97.

COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n.3, p.3-58, jul./ ago./ set., 2001. (Edição especial 2001).

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone: Campinas, UNICAMP. 1985.

_____. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p.157-172, set./dez.2001.

FABRINI, J.E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, M.A; SANTOS, R.A. (Org.) **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 55-88.

FREDERICO. S. **O novo tempo do Cerrado**: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento. 2008. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2008.

GÓMEZ M. J. R. **Desenvolvimento em (des)construção**: narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural. 2006. 434 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia,UNESP, Presidente Prudente, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____.Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: _____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP /IE, 1996. p.1-40.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Des-caminho e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M.A.(Org). **Territórios e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p 87-120.

IBGE. **Censos Agropecuários**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>, 2004. Acesso em: 10 dez. 2011.

_____. **Produção Municipal do Centro-Oeste 1990/2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>, 2009. Acesso em: 15 janeiro. 2011.

MATOS, P, F. **As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano**. 2011. 355f. Tese (Doutorado em Geografia)- Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial**. São Paulo: UNESP, 2000.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste goiano**. 2004. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2004.

_____. A urdidura do capital e do trabalho nas áreas de Cerrado. In: THOMAZ JUNIOR, A.; OLIVEIRA, A. M. S. de; GONÇALVES, M, A. (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha/ CEGeT, 2007. p. 84-106. 2006, v.3.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, BRASIL. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2008 e 15 dez. 2009.

PESSÔA, V. L. **Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e alto Paranaíba-MG**. 1988. 239f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço)- Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 1989.

REBORATTI, C. El espacio rural em América Latina: procesos, actores, territorios. In: CASO, M.V. F.; GUREVICH, R. (Org.). **Geografía: nuevos temas, nuevas preguntas – un temario para su enseñanza**. Buenos Aires: Biblos, 2007. p. 97-124.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6 ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10 ed. São Paulo: Record, 2008.

Recebido em 30/01/2013 Aceito para publicação em 06/07/2013.
